





PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O
MINISTÉRIO DA CULTURA ^{E A}
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Entre:

O Ministério da Cultura, adiante designado por MC, com sede no Palácio Nacional da Ajuda, 1300-018 Lisboa, representado pelo Secretário de Estado da Cultura, Dr. Elísio Costa Santos Summavielle,

O Instituto dos Museus e da Conservação, adiante designado por IMC, com sede no Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, representado pelo seu Director, Doutor João Carlos Pires Brigola,

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, adiante designada por ANMP, com sede na Av. Marnoco e Sousa, 52, em Coimbra, representada pelo seu Presidente, Dr. Fernando Carvalho Ruas.

ENQUADRAMENTO

Considerando que:

1. O Ministério da Cultura é o departamento governamental com competências e atribuições ao nível do desenvolvimento e implementação da política cultural nacional;



2. De acordo com as Grandes Opções do Plano 2010/2013, constitui objectivo do Ministério da Cultura reavaliar os modelos de gestão visando um redimensionamento dos museus sob sua tutela;
3. O Instituto dos Museus e da Conservação é o organismo da Administração Pública com competências e atribuições em matéria de execução da política cultural ao nível dos museus;
4. Constitui atribuição do IMC celebrar protocolos de colaboração e contratos-programa com Autarquias Locais tendo em vista a qualificação e a gestão dos museus;
5. A Associação Nacional dos Municípios Portugueses tem por fim a promoção, defesa e dignificação do Poder Local;
6. Constitui atribuição da ANMP a representação dos Municípios perante os órgãos de soberania;
7. A proximidade do Poder Local permitirá, em determinadas situações, uma maior sensibilidade e capacidade de resposta no plano das necessidades de implementação de uma política cultural museológica visando a sua dinamização, traduzida em modelos gestionários modernos e participados;
8. As Autarquias Locais poderão, face aos museus cujas colecções se revestem de interesse regional ou local, promover a sua mais eficaz ligação às comunidades envolventes, alicerçando-os junto da sociedade civil e do tecido empresarial regional, contribuindo para um acréscimo na capacidade de atracção de mecenato e de outras iniciativas no âmbito da responsabilidade social das empresas, bem como valorizar os seus

objectivos identitários e de memória e por essa forma fomentar o turismo cultural.




É acordada entre os outorgantes a celebração de um Protocolo de Colaboração que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objecto)

As Partes comprometem-se a colaborar com vista à celebração de acordos (Contratos-Programa) entre o Estado (representado pelo IMC) e os Municípios, tendo em vista o reenquadramento da gestão dos museus.

Cláusula Segunda

(Âmbito de Aplicação)

1. O presente protocolo incidirá sobre os museus sob tutela do IMC e integrados na Rede Portuguesa de Museus, seleccionados com base em critérios patrimoniais e museológicos, consignados na Lei Quadro dos Museus (Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto).
2. Aos Municípios competirá colaborar com o Ministério da Cultura em acções específicas de promoção e dinamização dos museus nacionais, na inclusão destes museus nos roteiros culturais locais, na promoção de acções de marketing, na atracção de novos públicos.

Cláusula Terceira

(Modelos de Gestão)

Os modelos de gestão a adoptar serão definidos caso a caso, nos acordos que vierem a ser celebrados, podendo ou não assumir a forma partilhada.



Cláusula Quarta

(Rede Portuguesa de Museus)

Os museus objecto de alteração de gestão manter-se-ão integrados na Rede Portuguesa de Museus, continuando a beneficiar de apoio financeiro, técnico, formativo e informativo do IMC.

Cláusula Quinta

(Situação Jurídico/Patrimonial)

Em caso algum, a adopção de um novo modelo de gestão, implicará a alteração da situação jurídico/patrimonial dos bens e equipamentos em causa.

Cláusula Sexta

(Situação Jurídico/Laboral)

A adopção de novos modelos de gestão não implicará, em caso algum, a alteração da situação jurídico/laboral dos respectivos funcionários que manterão, a todos os níveis, e designadamente das respectivas carreiras, a integralidade dos seus direitos e expectativas, mantendo-se assim o pessoal sob a integral e exclusiva tutela do Ministério da Cultura.

Cláusula Sétima

(Princípios)

A celebração de qualquer acordo com vista ao reenquadramento da gestão dos equipamentos culturais em questão deverá assentar, em termos de metodologia, na observância dos seguintes princípios:

- Singularidade;
- Voluntariedade;
- Publicidade.





Cláusula Oitava
(Singularidade)

Cada acordo deverá reflectir a especificidade e individualidade de cada situação, atentas as suas condições particulares, de localização geográfica ou outras, nada impedindo, porém, a celebração de um acordo quadro abrangendo mais do que um museu, desde que as respectivas características e negociações o justifiquem.

Cláusula Nona
(Voluntariedade)

Deverão os acordos a celebrar ter por base a ideia de voluntariedade das partes envolvidas, na perspectiva da respectiva adesão, não podendo os mesmos decorrer de interesses alheios ou exteriores àqueles que neste domínio se pretendem salvaguardar.

Cláusula Décima
(Publicidade)

Todos os acordos celebrados, quer ao nível da sua negociação, quer da respectiva concretização, deverão ser alvo de eficazes medidas de divulgação, quer ao nível local, quer nacional.

Cláusula Décima Primeira
(Obrigações do MC/ IMC)

Constituem obrigações do MC/IMC, no quadro do presente protocolo, as seguintes:

1. Elaboração de um plano de acção através da identificação dos equipamentos a serem sujeitos às medidas preconizadas;

2. Estabelecimento e condução das negociações com os Municípios Portugueses que manifestem disponibilidade nesse sentido com vista à celebração dos Contratos-Programa em causa;
3. Assunção do compromisso de manutenção do apoio financeiro, técnico, formativo e informativo.




Cláusula Décima Segunda
(Obrigações da ANMP)

Constituem obrigações da ANMP, neste âmbito, as seguintes:

1. Divulgar o conteúdo do presente protocolo pelos seus associados;
2. Sensibilizar os seus associados para as questões nele abordadas;
3. Acompanhar a sua implementação.

Cláusula Décima Terceira
(Acompanhamento)

Para acompanhamento da execução do presente protocolo, deverão o IMC e a ANMP designar os seus respectivos representantes.

Cláusula Décima Quarta
(Denúncia)

O presente protocolo apenas poderá ser denunciado por escrito e com a antecedência mínima de 90 dias.

Cláusula Décima Quinta
(Entrada em Vigor)

O presente protocolo entrará em vigor com a sua assinatura.



Cláusula Décima Sexta

(Questões Emergentes)

Todas as questões emergentes da aplicação ou interpretação do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes.

Cláusula Décima Sétima

(Disposições Finais)

1. Durante o período de vigência, as partes poderão acordar em fazer alterações ao presente protocolo.
2. Todas as alterações deverão constar de documento escrito, assinado pelas partes, constituindo anexos ao protocolo e dele fazendo parte integrante.

Pelo Primeiro Outorgante
Sua Excelência o Secretário de
Estado da Cultura

Pelo Segundo Outorgante
O Presidente do Instituto dos
Museus e da Conservação

Pelo Terceiro Outorgante
O Presidente da Associação
Nacional de Municípios
Portugueses


Elísio Santos Summavielle


João Carlos Pires Brigola


Fernando Ruas

Lisboa, 23 de Julho de 2010